



TJPE

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - PAA

2021



PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2021



EQUIPE

Valéria Temporal

Chefe da Controladoria

Amauri José de Andrade

Chefe Adjunto da Controladoria

Victor Felix de Oliveira

Chefe do Núcleo de Auditoria Contábil, Financeira e Patrimonial

Jeferson Borges Correia

Núcleo de Auditoria Contábil, Financeira e Patrimonial

Joalison Lima Alves

Chefe do Núcleo de Auditoria em Licitações, Contratos e Convênios

Dayvson Florêncio Costa

Chefe do Núcleo de Auditoria de Governança Institucional,
Gestão e Prestação de Contas

José Guilherme Nascimento da Silva

Chefe do Núcleo de Auditoria de Pessoal

Luciana Furtado Cordeiro

Chefe do Núcleo de Auditoria em Obras e Serviços de Engenharia

Arthur César T. C. de Albuquerque

Chefe do Núcleo de Auditoria em Tecnologia
da Informação e da Comunicação

Ivonete Barreto da Silva

Secretária

1. INTRODUÇÃO

Em razão da regulamentação expedida por meio das **Resoluções nº 308 e 309/2020**, do Conselho Nacional de Justiça c/c a **Instrução Normativa TJPE nº 15/2015**, que regulamenta as atividades e procedimentos da Controladoria do Tribunal de Justiça, bem como sua relação com os órgãos internos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, apresenta-se o **Plano Anual de Auditoria (PAA) para o exercício de 2021**, que se constitui em instrumento de planejamento, contemplando as ações de controle a cargo desta **Controladoria**.

A estrutura e competências da Controladoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), estão consignadas na Resolução TJPE nº 302/2010, com atualização trazida pela Resolução TJPE nº 418/2019, tornando-a consonante com a realidade atual do Órgão, em face das demandas da atualidade, especialmente as advindas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como as Instruções Normativas nº 07/2020 e 08/2020, que tratam do Estatuto e Código de Ética, respectivamente, desta Controladoria.

As demandas advindas do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, impõem o aperfeiçoamento dos órgãos de controle interno do Poder Judiciário, incluindo esta Controladoria, a fim de que possa agregar valor ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, contribuindo para o alcance da missão institucional, para o aumento da produtividade, eficiência e qualidade das atividades desenvolvidas.

2. FATORES LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA - PAA

Na elaboração deste Plano, consideraram-se importantes as variáveis adiante especificadas, em face da impossibilidade de efetivar ações de controle sobre todo o universo auditável:

- a força de trabalho disponível na Controladoria, considerados os períodos de férias e outros afastamentos;
- materialidade, riscos, relevância e criticidade das áreas a serem examinadas;

- necessidade de monitoramento das recomendações efetuadas no transcorrer dos exercícios de 2019 e 2020;
- fragilidade nos controles internos administrativos.

As auditorias previstas neste Plano possuem foco preventivo, voltado para a identificação e mitigação de riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos Institucionais, atendendo aos padrões e diretrizes estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência das gestões administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, fornecendo o adequado apoio à alta Administração deste Poder, no gerenciamento de recursos públicos.

Este Instrumento também contempla a realização de uma Ação Coordenada de Auditoria proposta pelo Conselho Nacional de Justiça para o exercício 2021, embasada na previsão do art. 37 da Resolução CNJ 309/2020.

Os trabalhos de auditoria serão sustentados por Programas de Trabalho específicos.

As auditorias planejadas poderão sofrer alteração, no decorrer do exercício, caso ocorra a necessidade de realizar auditoria especial, em função de fato, circunstância ou situação identificada nas atividades de controle.

3. DESAFIOS QUE PODEM INFLUENCIAR NO CUMPRIMENTO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA 2021

Na perspectiva de efetivo cumprimento do PAA 2021, esta Controladoria considerou, em seu planejamento, também, condições limitantes ao exercício de suas atribuições, dentre as quais as mencionadas a seguir:

1. Indisponibilidade de softwares especializados para a gestão dos trabalhos de auditoria;
2. O quantitativo de servidores lotados na Controladoria. Impende registrar que, dos 06 (seis) Núcleo de Auditoria, apenas 01 (um) conta com 02 (dois) servidores;



Em vista desse contexto, a força de trabalho da Controladoria será compartilhada nas auditorias programadas, nos monitoramentos, bem como em outras atividades desempenhadas pela Unidade para suportar a função controle, nos termos constitucionais, das demandas legais e de outras determinações da Presidência do TJPE e dos Órgãos de controle externo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano está alinhado com a estratégia definida pelo Conselho Nacional de Justiça e, com sua aprovação, viabilizando a realização dos trabalhos propostos, objetiva-se adicionar valor à gestão deste Tribunal, por meio da atuação junto às Unidades auditadas, colaborando para a melhoria dos processos de trabalho, por meio do fortalecimento dos controles internos administrativos e aperfeiçoamento de aspectos relacionados à eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e transparência dos atos de gestão.

Ressalte-se que, para além das ações aqui descritas, esta proposta de planejamento poderá ser objeto de revisões determinadas pela necessidade de adequação a eventual mudança de diretriz ou demanda da Alta Administração deste Tribunal.



Após a apreciação e aprovação pela Presidência desta Corte, este Plano será divulgado na página eletrônica deste Tribunal.

Recife, de novembro de 2020.

Valéria Temporal
Chefe da Controladoria

Amauri José de Andrade Chefe
Adjunto da Controladoria

5. ANEXOS

1. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES (PLANO ANUAL DE AUDITORIA)
2. AÇÕES DE GESTÃO

1. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES (PLANO ANUAL DE AUDITORIA)

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	NÚCLEO DE AUDITORIA	ÁREA	OBJETIVOS	TIPO	QTDE.	Nº Serv.	Cronograma de trabalho														
								J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
1	Auditoria nas aquisição e nos controles internos relativos à gestão da frota do TJPE	Licitações, Contratos e Convênios	DIRIEST	Analisar as contratações e controles internos da gestão da frota de veículos incluindo manutenção e abastecimento.	Específica Programada	1	1															
2	Auditoria no Processo de Prestação de Contas - Completude dos Documentos.	Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas	Área Meio do TJPE	Certificar-se de que a Prestação de Contas do TJPE ao Tribunal de Contas de Pernambuco - TCE-PE encontra-se na forma completa exigida em Legislação.	Específica Programada	1	1															
3	Auditoria nos Precatórios	Contábil, Financeira e Patrimonial Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas	Núcleo de Precatórios	Avaliar os controles sobre o processamento e pagamento de Precatórios em 2020.	Específica Programada	1	3															
4	Auditoria em cargos comissionados no âmbito do TJPE	Pessoal	SGP	Verificar a conformidade dos procedimentos administrativos aos normativos existentes relacionados aos cargos comissionados, incluindo nomeações, remunerações e quantitativos, bem como análise dos controles internos.	Específica Programada	1	1															
5	Auditoria de Conformidade com o objetivo de analisar a eficiência dos serviços de Manutenção e Conservação Predial do TJPE, verificando a sua regularidade, o cumprimento dos normativos e o controle interno	Obras e Serviços de Engenharia	SAD, DEA e DIRIEST	Certificar o cumprimento dos aspectos técnicos e legais nas contratações e nas suas respectivas execuções.	Específica Programada	1	1															
6	Auditoria no sistema de diárias	Tecnologia da Informação e Comunicação	DIFIN SETIC	Analisar o Sistema de Diárias, quanto à conformidade e legalidade da realização das etapas do procedimento de concessão de diárias pagas a magistrados e servidores, no período de 2018 a 2020.	Específica Programada	1	1															
7	Auditoria no Planejamento e Execução Orçamentária	Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas	COPLAN, ASSEF	Analisar a adequação orçamentária e financeira aos requisitos estabelecidos na legislação aplicável e nas boas práticas nacionais e internacionais, com o fim de atestar a conformidade, a eficiência e a efetividade dos controles de execução orçamentária.	Específica Programada	1	1															
8	Auditoria da Gestão do Exercício de 2020	Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas	Área Meio do TJPE	Analisar a gestão e prestação de contas do exercício de 2020, sobretudo quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, bem como da gestão fiscal e administrativa do Tribunal. Tal auditoria permitirá uma visão mais apurada do desempenho e da conformidade da gestão, subsidiando esta Controladoria na emissão de Relatório e Certificado de Auditoria, em conformidade com a Portaria CNJ 67/2020.	Específica Programada	1	1															

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	NÚCLEO DE AUDITORIA	ÁREA	OBJETIVOS	TIPO	QTDE.	Nº Serv.	Cronograma de trabalho														
								J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
9	Auditoria na Transparência do TJPE	Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas	Área Meio do TJPE	Acompanhamento permanente de implementações com vistas a melhorias nos processos de prestação de contas ao cidadão, de maneira a permitir um melhor controle social. Além disso, visa-se ao cumprimento das normas emitidas pelo TCE e CNJ a respeito da transparência das entidades jurisdicionadas, o que inclui o Ranking da Transparência do Poder Judiciário.	Específica Programada	1	1															
10	Auditoria nos eventos de folha de pagamento	Pessoal Contábil, Financeira e Patrimonial Tecnologia da Informação e Comunicação	SGP	Verificar inconsistências no processamento da folha de pagamento, bem como pagamentos de Abono de Férias, Auxílio Transporte, e Abono de Permanência em desconformidade com a legislação pertinente.	Específica Programada	1	4															
11	Ação Coordenada (CNJ) - Avaliação da Política de Acessibilidade	Controladoria	COPLAN / Comissão de Acessibilidade	Mapear o grau de acessibilidade dos órgãos do Poder Judiciário e propor encaminhamentos a fim de promover a ampliação do acesso à Justiça às pessoas com deficiência	Específica Programada	1	7															
12	Auditoria nos procedimentos de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	Tecnologia da Informação e Comunicação Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas	SETIC	Avaliar as práticas adotadas pelo Tribunal na implementação das medidas para proteção de dados e os controles existentes na área de segurança da informação, diante da entrada em vigor da LGPD.	Específica Programada	1	2															
13	Auditoria do Inventário dos bens permanentes	Contábil, Financeira e Patrimonial	DIRIEST	Acompanhar a realização do inventário promovido pela GEPAT/DIRIEST.	Específica Programada	1	2															
14	Contratações diretas: Dispensa e Inexigibilidade	Licitações, Contratos e Convênios	DIVERSAS	Analisar a regularidade dos processos licitatórios e das contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação.	Específica Programada	1	1															
15	Auditoria de conformidade com o objetivo de avaliar os processos e práticas relacionados à fase de interna das contratações da DEA e DIRIEST, a partir do recebimento do Documento de Oficialização da Demanda até à entrega à CPL para a fase de Seleção do Fornecedor	Obras e Serviços de Engenharia	SAD, DEA e DIRIEST	Certificar o cumprimento do determinado nos normativos do TJPE (IN 03/13, IN 05/08 e Res. 302/11), Resolução n. 114/10 do CNJ e IN 04/2020 do Ministério da Economia na etapa de planejamento das contratações.	Específica Programada	1	1															
16	Auditoria nas cessões dos servidores no âmbito do TJPE	Pessoal	SGP	Verificar a conformidade dos procedimentos administrativos aos normativos existentes relacionados à cessão dos servidores ao TJPE e deste aos Órgãos da Administração Pública, bem como análise dos controles internos.	Específica Programada	1	1															

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	NÚCLEO DE AUDITORIA	ÁREA	OBJETIVOS	TIPO	QTDE.	Nº Serv.	Cronograma de trabalho														
								J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
17	Auditar o cálculo do percentual da Despesa de Pessoal levantado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) para a devida assinatura do Chefe da Controladoria, acompanhando sua respectiva Publicação (Quadrimestral)	Contábil, Financeira e Patrimonial	DICON	Certificar-se de que o cálculo do percentual da Despesa de Pessoal está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).	Periódico Quadrimestral	3	2															
18	Atividades de acompanhamento e de harmonização da interpretação da legislação e dos atos normativos, em especial os expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça, a fim de evitar dúvidas e retrabalho para as unidades auditadas	Controladoria	Área Meio do TJPE	Acompanhamento dos normativos expedidos pelo CNJ.	Contínuo	-	7															
19	Monitoramento das providências adotadas pelas Áreas e Unidades Auditadas em cumprimento às recomendações constantes nos Relatórios de Auditoria ou de Fiscalização	Controladoria	Área Meio do TJPE	Verificar a efetividade do atendimento às recomendações feitas por esta Controladoria.	Contínuo	-	7															
20	Emissão de Relatórios e Notas Técnicas	Controladoria	Área Meio do TJPE	Orientar a gestão do TJPE sobre as práticas relativas às matérias vinculadas aos Núcleos de Auditoria. Orientar a Administração acerca de impropriedades, omissões e falhas nos procedimentos, visando a melhoria dos controles internos da Área Meio do TJPE..	Contínuo	-	7															

2. AÇÕES DE GESTÃO

Nº	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	Cronograma de trabalho											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1	Elaborar Plano Anual de Auditoria												
2	Elaborar/Revisar Plano de Auditoria de Longo Prazo												
3	Elaborar Relatório de Atividades Anual da Controladoria												
4	Desenvolver e acompanhar Indicadores do Desempenho de Gestão - Controladoria												
5	Acompanhar o cumprimento de Recomendações e Determinações do Conselho Nacional de Justiça												
6	Acompanhar o cumprimento de Recomendações e Determinações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco												
7	Monitorar o cumprimento do Plano de Trabalho da Controladoria												
8	Atualizar o conteúdo da Controladoria no site do TJPE												
9	Efetuar o mapeamento dos macroprocessos e processos da Controladoria												
10	Aprimorar e documentar métodos úteis à atividade de auditoria												
11	Melhorar o processo de monitoramento da Controladoria - modelo de relatório de monitoramento												
12	Estimular os servidores da Controladoria à busca da melhoria do desempenho												



ANEXO I – Detalhamento das Auditorias

01. Auditoria nas aquisições e controles internos relativos à gestão de frota						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Licitações, Contratos e Convênios</p> <p>Área/Processo auditado: Diretoria de Infraestrutura/Gerência de Transporte</p> <p>Conhecimentos Específicos: Normativos Internos. Boas práticas administrativas.</p>	<p>Risco: Utilização indevida do cartão de pagamentos de combustíveis, peças e serviços.</p> <p>Gestão antieconômica da frota.</p> <p>Relevância: Aprimorar os controles internos nos processos de gestão de frota do TJPE.</p>	Auditoria Operacional	Avaliar a existência e efetividade de controles internos nos processos de gerenciamento da gestão de frota.	Relatórios de utilização do cartão da empresa contratada períodos diversos 2018, 2019 e 2020.	Janeiro a março	Um servidor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

02. Auditoria no Processo de Prestação de Contas - Completude dos Documentos						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas</p> <p>Área/Processo auditado: Área Meio do TJPE</p> <p>Conhecimentos Específicos: Resolução do TCE que trate da Prestação de Contas de 2021 (ainda não publicada). Portaria do TJPE que trate da Prestação de Contas de 2021 (ainda não publicada).</p>	<p>Risco: Inobservância dos objetivos, normas e princípios na gestão dos recursos públicos.</p> <p>Relevância: Cumprimento das formalidades e preceitos legais; Cumprimento das metas previstas para o exercício.</p>	Auditoria de conformidade	Certificar-se de que a Prestação de Contas do TJPE ao Tribunal de Contas de Pernambuco - TCE-PE encontra-se na forma completa exigida em Legislação.	Avaliação das informações e documentação constantes no processo de prestação de contas, conforme determina o TJPE.	Janeiro a março	Um servidor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

03. Auditoria nos Precatórios						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Contábil, Financeira e Patrimonial Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas</p> <p>Área/Processo auditado: Núcleo de precatórios</p> <p>Conhecimentos Específicos: Art. 100 da Constituição Federal de 1988; Resolução 303/2019 do CNJ.</p>	<p>Risco: Inobservância da ordem cronológica de pagamento, bem como das preferências previstas. Pagamento de precatórios em desconformidade com a norma. Amortização mensal da dívida dos entes públicos integrantes do regime especial em desconformidade com a norma. Insuficiência de documentação na formação do precatório. Morosidade no processamento e pagamento de precatórios.</p> <p>Relevância: Cumprimento das formalidades e preceitos constitucionais e legais;</p>	Auditoria Operacional e de conformidade	Auditoria para Avaliar os Controles sobre o Processamento e os Pagamentos de Precatórios em 2020 em Parceria com o Núcleo de Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas.	Avaliação das informações e documentação constantes nos processos de confecção e pagamento dos precatórios.	Janeiro a abril	Três servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

04. Auditoria em cargos comissionados no âmbito do TJPE						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Pessoal</p> <p>Área/Processo auditado: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP</p> <p>Conhecimentos Específicos: Estatuto dos Funcionários Públicos de PE - Estado Lei nº. 6.123/68; Lei nº. 13.332/2007; Lei nº. 13.838/2009; Lei nº. 14.454/2011; Lei nº. 14.653/2012; Lei nº. 16.602/2019 e Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ</p>	<p>Risco: Pagamento irregular de gratificação causando prejuízo financeiro e nomeações inconsistentes.</p> <p>Relevância: Aprimorar os controles internos nos pagamentos e nomeações dos cargos comissionados no âmbito do TJPE.</p>	Auditoria de Conformidade e Operacional.	Avaliar a conformidade dos pagamentos e nomeações dos cargos comissionados com a legislação pertinente e a efetividade dos controles internos relacionados aos respectivos procedimentos.	Avaliar os procedimentos dos pagamentos das gratificações e nomeações dos cargos comissionados dos últimos 12 meses.	Janeiro a junho de 2021	Um servidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

05. Auditoria nos serviços de Manutenção e Conservação Predial do TJPE						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Obras e Serviços de Engenharia Área/Processo auditado: SAD, DEA e DIRIEST</p> <p>Conhecimentos Específicos: ABNT NBR 5674:2012 – Manutenção de Edificações; CF, art. 37; Lei nº 8.666/1993; Norma de Inspeção Predial Nacional IBAPE 2012; NR 01, Disposições Gerais, Ministério do Trabalho; NR 04, Serviço Especial em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho - Ministério do Trabalho; NR 05, da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Princípio da Eficiência; CF/1988, art. 37; Resolução 114 CNJ e Resolução 302 TJPE</p>	<p>Risco: Diminuição da vida útil das edificações do TJPE; Insalubridade do ambiente de trabalho; Insegurança para os usuários dos edifícios; Gestão ineficiente dos contratos de terceirização de manutenção</p> <p>Relevância: Representatividade dos recursos financeiros envolvidos; Segurança dos usuários dos edifícios; Eficiência da prestação jurisdicional.</p>	Auditoria de Conformidade	Avaliar a eficiência dos serviços de manutenção e conservação dos edifícios do TJPE, verificando a sua regularidade, o cumprimento dos normativos e o controle interno. Certificar se as instalações prediais do TJPE estão em estado aceitável de uso.	Análise dos principais contratos de manutenção predial de natureza contínua da TJPE vigentes que abrange a prestação de serviços em sistemas elétricos, hidráulicos e sanitários, entre outros de todos seus imóveis, a fim de avaliar a eficiência e a eficácia dos serviços de manutenção predial bem como a atuação da fiscalização na execução contratual.	Janeiro a julho	Um servidor



06. Auditoria no Sistema de Diárias						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria:</p> <p>Tecnologia da Informação e da Comunicação</p> <p>Área/Processo auditado:</p> <p>SETIC</p> <p>Conhecimentos Específicos:</p> <p>Resolução nº 400, de 06 de Junho de 2017, que disciplina a concessão e pagamento de diárias no âmbito do TJPE.</p>	<p>Risco:</p> <p>Concessão irregular de diárias; Concessão de diárias sem documentação correlata completa; Erro no cálculo dos valores das diárias concedidas.</p> <p>Relevância:</p> <p>Aprimorar os controles internos nos processos de concessão de diárias do TJPE.</p>	<p>Auditoria de Conformidade e Operacional</p>	<p><i>Analisar o Sistema de Diárias, quanto à conformidade e legalidade da realização das etapas do procedimento de concessão de diárias pagas a magistrados e servidores, no período de 2018 a 2020.</i></p>	<p>Atos de concessão e pagamentos de diárias no período de 2018 a 2020.</p>	<p>Fevereiro a maio</p>	<p>Um servidor</p>



07. Auditoria no Planejamento e Execução Orçamentária						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria:</p> <p>Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas</p> <p>Área/Processo auditado:</p> <p>COPLAN e ASSEF</p> <p>Conhecimentos Específicos:</p> <p>Lei Federal nº. 4.320/64;</p> <p>Constituição Federal de 1988;</p> <p>Controles e ferramentas de execução orçamentária do TJPE.</p>	<p>Risco:</p> <p>Execução do orçamento ineficaz, ineficiente ou fora do período de planejamento;</p> <p>Gastos com pessoal acima dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);</p> <p>Falta de transparência orçamentária;</p> <p>Falha na atuação do Comitê Orçamentário;</p> <p>Falta de alinhamento entre o orçamento e o planejamento estratégico.</p> <p>Relevância:</p> <p>Cumprimento das formalidades e preceitos legais; Cumprimento das metas previstas para o exercício.</p>	<p>Auditoria Operacional e de conformidade</p>	<p>Analisar a adequação orçamentária e financeira aos requisitos estabelecidos na legislação aplicável e nas boas práticas nacionais e internacionais, com o fim de atestar a conformidade, a eficiência e a efetividade dos controles de execução orçamentária.</p>	<p>execução e controles orçamentários do exercício de 2020; responsabilidade institucional; e</p> <p>alinhamento estratégico.</p>	<p>Março a maio</p>	<p>Um servidor</p>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

08. Auditoria da Gestão do Exercício de 2020						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria:</p> <p>Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas</p> <p>Área/Processo auditado:</p> <p>Área Meio do TJPE</p> <p>Conhecimentos Específicos:</p> <p>Resoluções do CNJ; Boas práticas de auditoria e transparência.</p>	<p>Risco:</p> <p>Inobservância dos objetivos, normas e princípios na gestão dos recursos públicos.</p> <p>Relevância:</p> <p>Cumprimento das formalidades e preceitos legais; Cumprimento das metas previstas para o exercício.</p>	<p>Auditoria Operacional e de conformidade</p>	<p>Analisar a gestão e prestação de contas do exercício de 2020, sobretudo quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, bem como da gestão fiscal e administrativa do Tribunal.</p> <p>Tal auditoria permitirá uma visão mais apurada do desempenho e da conformidade da gestão, subsidiando Esta Controladoria na emissão de Relatório e Certificado de Auditoria, previsto como boas práticas em normativos do CNJ.</p>	<p>Processos contábeis, patrimoniais, orçamentários, de auditoria interna e transparência.</p>	<p>Maio a junho</p>	<p>Um servidor</p>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

09. Auditoria na Transparência do TJPE						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria:</p> <p>Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas</p> <p>Área/Processo auditado:</p> <p>Área Meio do TJPE</p> <p>Conhecimentos Específicos:</p> <p>Resoluções e Portarias do CNJ que tratam do tema, em especial a Resolução CNJ nº. 215/2015.</p> <p>Portaria TJPE nº. 45/2019</p> <p>Lei Federal nº. 12.527/2011 (LAI)</p>	<p>Risco:</p> <p>Processos de transparência (ativa e passiva) ineficientes, ineficazes ou inefetivos.</p> <p>Relevância:</p> <p>Fomento do controle social;</p> <p>Formalidades normativas;</p> <p>Ranking da Transparência do Poder Judiciário</p>	<p>Auditoria Operacional e de conformidade</p>	<p>Acompanhamento permanente de implementações com vistas a melhorias nos processos de prestação de contas ao cidadão, de maneira a permitir um melhor controle social. Além disso, visa-se ao cumprimento das normas emitidas pelo TCE e CNJ a respeito da transparência das entidades jurisdicionadas, o que inclui o Ranking da Transparência do Poder Judiciário.</p>	<p>Aspectos relacionados ao Ranking de Transparência do Poder Judiciário.</p>	<p>Abril a julho</p>	<p>Um servidor</p>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

10. Auditoria nos eventos de Folha de Pagamento						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria:</p> <p>Pessoal</p> <p>Tecnologia da Informação e Comunicação</p> <p>Contábil, Financeira e Patrimonial</p> <p>Área/Processo auditado:</p> <p>Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP</p> <p>Conhecimentos Específicos:</p> <p>Constituição Federal;</p> <p>Lei nº. 6.123/68;</p> <p>Resoluções do TJPE nºs. 293/2019 e 422/2019; Portaria TJPE nº. 13/2020; Resolução do CNJ nº. 179/2019;</p> <p>Lei nº.14.454/2011; LC nº.56/2003</p>	<p>Risco:</p> <p>Pagamento irregular causador de prejuízo financeiro ao erário público.</p> <p>Relevância:</p> <p>Aprimorar os controles Internos dos procedimentos da folha de pagamento.</p>	<p>Auditoria compartilhada Operacional e de conformidade</p>	<p>Verificar a conformidade do pagamento dos eventos: abono de férias, auxílio transporte e abono de permanência com a legislação pertinente, e avaliar a efetividade dos controles internos da folha de pagamento.</p>	<p>Verificar a existência de Irregularidades e inconsistências no pagamento dos eventos: abono de férias, auxílio transporte e abono de permanência dos últimos 12 meses.</p>	<p>Maio a Agosto de 2021.</p>	<p>Quatro Servidores.</p>



11. Auditoria nos procedimentos de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Tecnologia da Informação e da Comunicação Governança Institucional, Gestão e Prestação de Contas</p> <p>Área/Processo auditado: SETIC</p> <p>Conhecimentos Específicos: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Resoluções e Portarias do CNJ que tratam do tema, em especial a Resolução CNJ nº. 215/2015; Portaria TJPE nº. 45/2019; Lei Federal nº. 12.527/2011 (LAI).</p>	<p>Risco: Política de Segurança da Informação em desconformidade com as normas vigentes; Falta ou ineficácia de avaliação e gestão de riscos de privacidade e outros aspectos e dados pessoais;</p> <p>Relevância: Garantia ao cidadão do direito à privacidade e proteção de seus dados pessoais; Formalidades normativas; Aprimoramento da transparência institucional.</p>	Auditoria operacional e de conformidade	Avaliar as práticas adotadas pelo Tribunal na implementação das medidas para proteção de dados e os controles existentes na área de segurança da informação, diante da entrada em vigor da LGPD.	Levantamento de atividades e análise de lacunas em relação aos controles da NBR/ISO IEC 27701 para implantação da LGPD.	Julho a outubro	Dois servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

12. Auditoria no Inventário dos Bens Permanentes						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Contábil, Financeira e Patrimonial</p> <p>Área/Processo auditado: DIRIEST</p> <p>Conhecimentos Específicos: Lei 4.230/1964; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) Instrução Normativa nº 24/2009 NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado Lei Estadual nº 7.741/78 Resolução de Prestação de Contas TCE</p>	<p>Risco: Inobservância da correta avaliação dos bens permanentes, bem como de suas atualizações. Registros contábeis dos bens em desacordo com os registros físicos do patrimônio. A contagem dos itens do patrimônio não apresenta segurança razoável dos quantitativos reais.</p> <p>Relevância: Cumprimento das formalidades e preceitos legais;</p>	Auditoria Operacional e de conformidade	Acompanhar a realização do inventário promovido pela GEPAT/DIRIEST.	Avaliação das informações e documentação constantes nos sistemas de informações, em confronto com os controles patrimoniais.	Setembro a Dezembro	Dois servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

13. Auditoria nas Contratações diretas: Dispensa e Inexigibilidade.						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Licitações, Contratos e Convênios</p> <p>Área/Processo auditado: Diversos</p> <p>Conhecimentos Específicos: Lei nº 8.666/93.</p>	<p>Risco: Contratações diretas em desacordo com a legislação aplicável.</p> <p>Relevância: Aprimorar os controles internos nos processos de contratação direta do TJPE.</p>	Auditoria de Conformidade	Analisar a regularidade dos processos de formalização das contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação.	Processos de Dispensa e Inexigibilidade escolhidos de forma aleatória.	Outubro a dezembro	Um servidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

14. Auditoria na fase interna das contratações da DEA e DIRIEST.						
Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Obras e Serviços de Engenharia</p> <p>Área/Processo auditado: SAD, DEA e DIRIEST</p> <p>Conhecimentos Específicos: Lei nº 8.666/1993; Princípio da Eficiência; CF/1988, art. 37; Resolução 114 CNJ; Instrução Normativa Nº 82/2020 CNJ - Dispõe sobre regras e diretrizes para as aquisições no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Resolução CNJ 347/2020: Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário IN 03/2013 TJPE; IN 05/08 TJPE</p>	<p>Risco: Aditamentos contratuais desnecessários; Contratações emergenciais decorrentes de desídia ou má gestão; Inadequada utilização do dinheiro público.</p> <p>Relevância: Representatividade dos recursos financeiros envolvidos; Cumprimento das formalidades e preceitos legais; Cumprimento das metas previstas para o exercício.</p>	Auditoria de Conformidade e operacional	Avaliar os processos e práticas relacionados à fase de interna das contratações da DEA e DIRIEST, a partir do recebimento do Documento de Oficialização da Demanda até à entrega à CPL para a fase de Seleção do Fornecedor.	Serão selecionados processos por relevância e materialidade	Agosto a dezembro	Um servidor.



15. Auditoria nas cessões dos servidores no âmbito do TJPE

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
<p>Núcleo de Auditoria: Pessoal</p> <p>Área/Processo auditado: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP</p> <p>Conhecimentos Específicos: Estatuto dos Funcionários Públicos de PE- Lei nº. 6.123/68; Lei nº. 13.332/2007; Lei nº. 13.838/2009; Lei nº.14.653/2012; Lei nº.16.602/2019 e Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ</p>	<p>Risco: Cessões de servidores irregulares</p> <p>Relevância: Aprimorar os controles internos referentes aos procedimentos de cessão de servidores.</p>	Auditoria de Conformidade e Operacional.	Analisar a conformidade dos procedimentos de cessão dos servidores ao TJPE e deste Poder aos demais tribunais e órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como a efetividade dos controles internos relacionados às cessões.	Verificar a existência de irregularidades e avaliar a efetividade dos controles internos na cessão dos servidores de outros órgãos ao TJPE e deste aos órgãos da Administração Pública e outros Tribunais.	Agosto a dezembro de 2021.	Um servidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA